

**A MEDIAÇÃO NA ENCRUZILHADA, A EXPERIÊNCIA DO PLANEJAMENTO TERRITORIAL POPULAR EM CASTRO/PR**

Gustavo Steinmetz Soares[[1]](#footnote-1)

**GT 2:** Mediadores em conflitos sociojurídicos no campo: assessorias, extensão rural e pesquisa-ação.

**RESUMO**

Se por um lado temos a colonialidade do ser e do saber controlando, invisibilizando e sobrepondo saberes, por outro temos a criativadade e potencialidade de alternativas de saberes e seres que pisam no território. A institucionalidade vinculada a uma estrutura de poder colonial se espraia nos conhecimentos técnicos, procedimentos, legislações que fazem uma leitura opressora invisibilizadora de outros saberes. Como fazer com que um diálogo entre o conhecimento insitucional e as comunidades em situação de subalternidade não se torne um apagamento dessas por aquela. A partir do processo de planejameno territorial popular feito no Acampamento Maria Rosa do Contestado, no município de Castro (PR), este trabalho pretende pontuar algumas impressões dos desafios e ganhos feitos a partir do processo de mediação construído junto ao coletivo PLANTEAR da UFPR, caracterizando uma postura metodologica específica desde a perspectiva da pedagogia das encruzilhadas.

Palavras-chave: encruzilhada, colonialidade, subalternidade.

**INTRODUÇÃO**

**Contexturalização**

O PLANTEAR, projeto de extensão denominado Planejamento Territorial e Assessoria Jurídica Popular[[2]](#footnote-2) da Universidade Federal do Paraná (UFPR), cujo objetivo é fornecer apoio técnico e jurídico no âmbito dos conflitos pela terra e território e apoio em processos de planejamento territorial em comunidades rurais e urbanas no Paraná, tem estabelecido uma colaboração conjunta entre comunidades, movimentos sociais, universidade, instituições jurídicos e administrativas de Estado, com o objetivo de desenvolver conhecimento técnico-científico que apoie questões relacionadas a conflitos por terra e território.

No dia 24 de agosto de 2015, ocorreu a ocupação da Fazenda Capão do Cipó, localizada no município de Castro (PR), por famílias trabalhadoras organizadas pelo Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST). Essa ocupação deu origem ao Acampamento Maria Rosa do Contestado, com a proposta de uma nova relação com a terra por meio da prática da agroecologia, em contraste com os monocultivos do agronegócio local. A área ocupada, que é de domínio público, despertou interesse do Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (INCRA), pois estava sendo ilegalmente utilizada por instituições ligadas ao agronegócio da região há alguns anos.

Atualmente, uma parte da fazenda permanece sob uso irregular do Centro de Treinamento Pecuarista (CTP), enquanto outra parte foi transformada em uma comunidade, com casas, ruas e áreas de cultivo agroecológico. Essa comunidade adotou práticas de produção orgânica certificada em 100% da área e estabeleceu uma cooperativa para a comercialização de produtos, entre outras iniciativas, convivendo com um cenário de conflito entre diferentes interesses.

Em 2019, a Advocacia Geral da União entrou com uma ação de reintegração de posse, justificada pelo interesse do Instituto Federal do Paraná (IFPR) em estabelecer um campus no local. Em 2020, tanto a Defensoria Pública da União quanto o próprio MST solicitaram à Universidade Federal do Paraná (UFPR) a realização de um estudo técnico para avaliar a viabilidade do uso compartilhado da área.

O estudo foi incluído como evidência durante uma audiência conciliatória com o juiz, resultando na decisão de realizar uma inspeção judicial na propriedade para avaliar as condições de uso e ocupação. Essa inspeção ocorreu em novembro de 2020. As lideranças das famílias também apresentaram o estudo em reuniões administrativas conciliatórias com as instituições envolvidas no conflito.

No início de 2021, o IFPR manifestou sua desistência da propriedade, o que alterou o curso do processo, uma vez que a base para o despejo era o interesse da instituição. No entanto, o agronegócio, juntamente com as instituições públicas SPU e AGU, encontraram outros mecanismos de manter o conflito e o risco de desapropriação. A nova demanda surge com a entrega do imóvel público para a entidade privada da CTP, indicada por uma Comissão do Ministério da Economia, que emitiu um ato público determinando a concessão como guardiã do imóvel, figura jurídica até então inexistente nesse contexto.

Ao mesmo tempo em que a institucionaidade jurídica inova e cria maneiras de manter o controle sobre o processo, a comunidade e o movimento social também o fazem na medida que entendem a necesidade da consolidação das comunidades, mesmo diante da situação incerta da ocupação e risco de integração, nos seus territórios, mostrando a potencialidade do seu uso da área ocupada inserida no projeto de uma Reforma Agrária Popular.

O planejamento territorial no acampamento está inserido em um movimento recente que amplia o programa da Reforma Agrária Popular, conforme mencionado pelo MST (2013). Baseado também no planejamento realizado no acampamento Padre Roque Zimmermann, no mesmo município, onde “as experiências concretas nos acampamentos e assentamentos já estão desbordando a forma em que o MST propõe o planejamento no documento aprovado em 2014.” (FALCADE-PEREIRA et al., 2020, p.15).

Com a ausência total de políticas de Reforma Agrária por parte do governo Bolsonaro, o Planejamento Territorial Popular, que acolhe a autonomia dos camponeses em relação às suas terras, torna-se uma ferramenta de resistência. Nesse sentido, acredita-se, assim como Falcade-Pereira et al. (2020), que a implementação de um projeto agroecológico e comunitário por meio do planejamento pode fortalecer o processo de resistência e demonstrar o compromisso da comunidade com a melhoria da qualidade de vida, como é evidenciado no acampamento Padre Roque. Os “princípios do cuidado com a natureza e com os outros, o fortalecimento da organicidade e da autonomia e a relacionalidade de todos os aspectos assumem forma no território” (FALCADE-PEREIRA et al., 2020, p.7).

Um desenho territorial, nesse processo, assume forma e constrói uma linguagem que vai permitir a comunicação entra a autonomia da comunidade e a institucionalidade. Sem a necessidade, por um lado, de cumprir uma extensa gama de requisidos, reservados a uma competência técnica que se distancia da realidade da comunidade e, por outro lado, com uma linguagem que seja lida pela insitcionalidade como um caminho viável, fundamentado num compromisso técnico.

Em 2022 foi realizado um novo estudo técnico sobre a viabilidade e a consolidação da comunidade do acampamento Maria Rosa do Contestado. No mesmo o ano inciou-se o processo de planejamento territorial popular junto com a comunidade e o coletivo PLANTEAR. Dividido em duas etapas, (planejamento das áreas de moradia, e planejamento da área comunitária) o processo levou cerca de 1 ano e meio para finalizar. Foram realizadas um total de 11 oficinas, realizadas em média, mensalmente, com dinâmicas específicas para chegar em um desenho territorial que foi apresentado ao INCRA-PR como uma proposta de organização do futuro assentamento, de um planejamento territorial da comunidade na área.

**Postura metodológica**

O privilégio epistêmico dos homens ocidentais gera injustiça cognitiva, privilegiando projetos imperiais/coloniais/patriarcais e desqualificando outras vozes críticas que reagem ao sistema mundo. Uma suposta superioridade norte-cêntrica imposta através de mecanismos institucionais através da dominação capitalista do mundo que se esconde atrás do discurso de universalidade. “O privilégio epistêmico e a inferioridade epistêmica são dois lados da mesma moeda. A moeda é chamada racismo/sexismo epistêmico (Grosfoguel, 2012), na qual uma face se considera superior e a outra inferior.” (Grosfoguel, 2016, p.27). O conhecimento produzido nas universidades ocidentais a partir de epistemologias do sul são considerados inferiores, “apartheid epistêmico” segundo o destaque de autor.

A filosofia cartesiana elevou o “Eu” a condição de Deus, que tudo vê, como produtor universal de conhecimento. Desde o dualismo ontológico onde separa mente e corpo Descartes equivale o Eu a Deus, de modo contrário o conhecimento seria produzido desde o corpo e por isso situado e localizado. Também sustenta a ideia do “Eu” universal o solipsismo epistemológico, onde a certeza de um conhecimento é produzida num monólogo interior, ignorando toda dialética de um corpo imerso em relações sociais. A produção do conhecimento pelo “Eu” desde um não lugar, uma epistemologia do ponto zero.

A importância de René Descartes para a epistemologia ocidentalizada pode ser percebida 370 anos depois: as universidades ocidentalizadas seguem carregando o legado cartesiano como critério para validar a produção da ciência e do conhecimento. Mesmo os que são críticos da filosofia cartesiana continuam utilizando-o como critério para diferenciar o que é ciência ou não. (GROSFOGUEL, 2016, p.6).

A base para o penso logo existo é o conquistou logo existo, construída na expansão europeia sobre o mundo, que os colocou na condição de Deus. Porém, a relação entre esses se dá através do extermínio, logo existo desde o racismo/sexismo epistêmico usado para subjugar qualquer conhecimento feito a partir de corpos não brancos e não patriarcais.

Assim entende-se que a mediação universitária, baseada na conhecimento ocientalizado, vai estar carregando em si uma colonialidde espitêmica que, na hora de dialogar com as comunidades em situações de subalternidade[[3]](#footnote-3), vai exercer uma pontencialidade de controle desses saberes territorializados. A certeza da verdade universal no território de vida e resistência, construído pela luta subalterna é posta em cheque e, para que isso não ocorra, vai tentar controlar, subjulgando e invisibilizando aqueles saberes.

Pearce (2018) afirma que essa certeza colonial do saber chegou ao seu limite, os pesquisadores acreditavam que sabiam para onde estavam indo, mas agora estão perdidos e precisam usar a pesquisa-ação para encontrar seu caminho. A história é vista com mais clareza agora, e entende-se que a história é um ônibus sem destino fixo. A autora destaca a importância de usar a pesquisa-ação para encontrar o caminho. Enfatiza a necessidade de trabalhar com participantes não governamentais para fortalecer a participação de acordo com as agendas de mudança. Também enfatiza a importância de gerenciar possíveis diferenças de poder dentro do grupo de pesquisa para garantir a qualidade de seu trabalho. Incentiva os pesquisadores a levar em conta os desafios das realidades atuais, como desequilíbrios de poder e recursos limitados, e a conduzir pesquisas rigorosas guiadas pela ética e pelos princípios de mudança e justiça social. Sugere então que devem redefinir e conciliar teoria e prática para entender melhor suas limitações e superá-las.

Por consiguiente, fuimos aprendiéndolo a medida que realizábamos la investigación, lo que coincide con el carácter abierto del método de co-producción de conocimiento que permite a los participantes de una investigación ir fabricándola. Alfredo Molano lo resume perfectamente al escribir “avanzamos porque estamos perdidos”. (PEARCE, 2018, p.357).

A pesquisa-ação como uma bússola para o avanço do conhecimento sendo um tipo de pesquisa que envolve participação ativa e colaboração entre pesquisadores e os sujeitos envolvidos no estudo. É um processo cíclico que envolve planejamento, ação, observação e reflexão, com o objetivo de melhorar uma situação ou problema específico, como uma forma de coproduzir conhecimento com as comunidades. “Permitir potencialidades abiertas nunca antes imaginadas en los procesos de investigación participativa es lo que la distingue de la investigación lineal, estructurada y enfocada en los resultados” (PEARCE, 2018, p.368).

Malheiro (2021), falando desde o contexto da mineração na Amazônia, amplia essa perspectiva ao nos convida a ouvir o território. Discute o conceito de territorialidade e sua importância na compreensão da relação entre humanos e seu meio ambiente. Enfatiza a necessidade dessa escuta e de pensar em outras (geo)grafias. Também faz referência às ideias de Walter Benjamin, que critica a modernidade (colonialidade) e a continuidade histórica do progresso (pensamento linear de evolução). Assim, mesmo com todo o caráter destrutivo da colonialidade e seu processo de dominação, olhamos para as ruínas e fragmentos da história que podem fornecer informações significativas sobre o passado e o presente, entendendo as vozes da terra e de seus habitantes para criar um futuro mais justo.

Ouvir o território envolve prestar atenção às vozes da terra e de seus habitantes, incluindo entidades não humanas, como animais e plantas. Isso significa reconhecer as diferentes maneiras pelas quais as pessoas e outros seres se relacionam e compreendem a terra e valorizar essas diversas perspectivas. “Se a geografia se funda na tentativa de compreensão da organização espacial da sociedade, chegou a hora de admitir que nosso interesse coincida com o interesse dos sujeitos instituintes das práticas que investigamos, pois que não há espaço e território sem saber” (MALHEIRO, 2021, p.190).

O autor mobiliza o conceito de outras (geo)grafias para pluralizar nossa compreensão da mesma e reconhecer a existência de vários mundos e formas de ser e assim desafiar as narrativas e práticas dominantes. Além “de pluralizar nosso sufixo, necessário se faz também pluralizar nosso prefixo Geo(s), pois são muitos os “mundos” que essas grafias expressam; daí falarmos em (geo)grafias, quiçá geo(s)grafias.” (MALHEIRO, 2021, p.202). Isso envolve explorar formas alternativas de entender e se relacionar com a terra. Essa abordagem desafia as noções tradicionais de territorialidade que priorizam interesses moderno-coloniais sobre os das comunidades locais e do meio ambiente. Segundo o autor as formas de reexistência, ou resistência e resiliência, pelas quais as comunidades locais estão trabalhando ativamente para proteger seus territórios e meios de subsistência em face das ameaças, centralizam as vozes e experiências das pessoas mais afetadas por atividades e destacam a importância de formas alternativas de conhecer e se relacionar com a terra.

**DESENVOLVIMENTO**

**O deslocamento colonial diante de uma postura decolonial e aberta de escuta**

Desde uma postura mediadora que compreenda a colonialidade que carrega desde a episteme acadêmica e universitária, que esteja aberta e disposta a escuta das geo(s)grafias dos territórios de subalternidade, é possível uma pesquisa-ação sem o controle colonial dos saberes, tornando a mediação universitária um caminho contra a desigualdade epistemológica e territorial, onde o deslocamento dos saberes coloniais ocorrem, ou seja, os objetivos e as metas construídas desde os saberes coloniais são transformados pelos saberes de subalternidade. O que é possível mediante àquela postura mediadora.

Esse deslocamento ocorre em movimentos de transgressão e subversão constantes, percebidos desde uma pedagogia das encruzilhadas (Rufino, 2017) que trás a ideia do cruzamento entre saberes e mundos como forma de criar novas possibilidades. Na sua proposta o autor parte de saberes e espistemologia construída entono de Exu, um Orixá e divindade originária da cultura dos povos africanos Iorubá, e sua ressignificação no Brasil desde a diáspora negra no período do colonialismo e das religiões de matriz africando ou saberes de terreiro, como se refere o autor. Se recorre a Exu, que mobiliza um complexo de saberes e interpretações do mundo, principalmente no seu aspecto caótico e capacidade de transformar, de descombinar combinados para combinar descombinados, o que desperta significados não esperados que, aos poucos, vão construindo um outro saber. A dinâmica de Exu, então, permite o cruzamento entre saberes subalternos e colonizadores.

...no lugar de uma linha abissal, se postaria uma encruzilhada. Nessa encruza, Norte e Sul se entroncam. [...] a noção de encruzilhada moderna aqui reivindicada não rejeita as conceituações abarcadas pelo pensamento moderno. Porém, risco meu ponto sendo fiel ao princípio exusíaco, segundo o qual se engole de um jeito para cuspir de outra forma. Essa é a máxima da encruzilhada de Exu enquanto enugbarijó ‒ senhor da boca coletiva ou a boca que tudo come: engolir de um jeito para restituir de forma transformada. (RUFINO, 2017, p.13).

Ou seja, ao invés de superar a distância entre a institucionalidade, construídade desde a colonialidade, e os saberes subalternos com o controle desses, fundamentado em crença universal, daquela sobre essa, deslocar a colonialidade através da encruzilhada, onde não se descarta um saber ou outro e, de outra maneira, não se supera nem um nem outro, cria-se abertura para o novo. “A potência da encruzilhada encarnada nesse arranjo moderno a dinamiza como um campo de possibilidades, tornando-se ela o símbolo máximo do sentido de transformação, inacabamento, ambivalência, imprevisibilidade.” (RUFINO, 2017, p.13). Assim a postura mediadora está disposta a ser transformada ou ter a sua proposta transformada pela comunidade, é uma postura que não busca um fim, por isso, inacabada, e por isso é sempre aberta a ressignificação, sendo ambivalente no sentido de aceitar sentidos múltiplos e contraditórios dos seus saberes, técnicas e ferramentas, e aceita a imprevisibilidade na medida que aceita a incerteza e não busca um resultado fixo do processo, mas que pode ser deslocado pela autonomia das comunidades subalternas sobre seus saberes.

Assim como a proposta da pedagogia da encruzilhada não se descarta nenhum saber, a postura mediadora, que se dá sob aquelas características, terá a colonialidade presente na sua episteme submetida ao deslocamento, entendida assim sob uma epistemologia de Exu.

**Deslocamentos em uma mediação aberta**

Um planejamento territorial convencional de assentamento, ou plano de desenvolvimento de assentamento, é um estudo complexo com conteúdos e etapas bem definidas desde a institucionalidade do INCRA. Tais estudos geram documentos extensos que determinam melhores formas de uso de uma área, visando o desenvolvimento do assentamento. No processo do Maria Rosa do Contestado se percebeu que a lógica por trás de um PDA prioriza um desenvolvimento econômico alheio à realidade e fechado a alternativas. Durante a execução dos estudos de viabilidade no processo jurídico entrou-se em contato com estudos de laudos agroeconômicos, uma ferramenta do INCRA que indica previamente a viabilidade de assentamentos. O documento em questão, produzido pelo INCRA um ano antes do acampamento, considerava um projeto de assentamento de 20 famílias em áreas de 22 hectares voltadas à produção de leite, atividade principal da região na época. O custo da implementação de um assentamento nesses moldes se inviabilizaria pelo custo. O documento apareceru recorrentemente referenciado nas audiências como indicação da inivaibilidade de um assentamento o que justificaria uma reintegração de posse. Mesmo diante do estudo apresentado sobre a viabilidade e consolidação da comunidade desde a perspectiva social, econômica e ambiental com um projeto alternativo de produção de sementes crioulas e hortaliças orgâncias, a postura contrária desde a institucionalidade se manteve ao longo do processo.

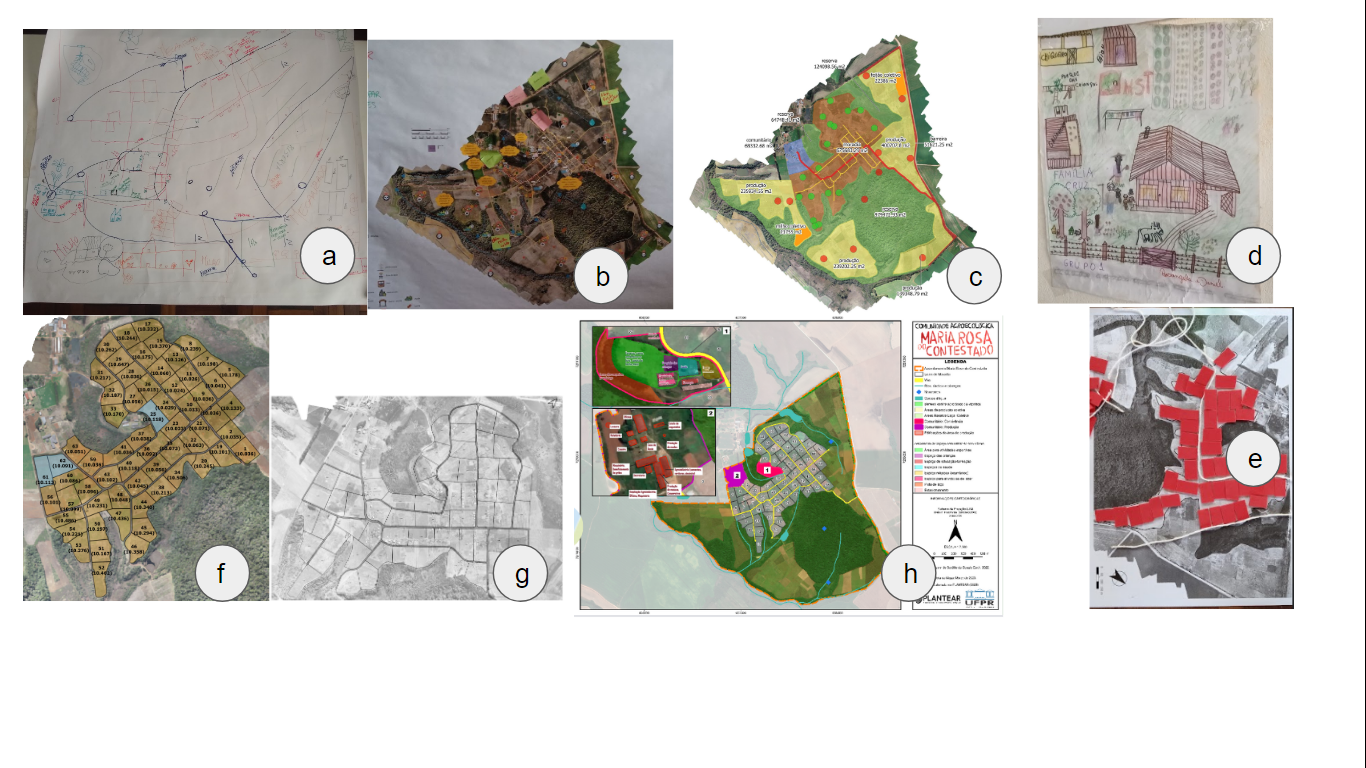
No início do processo de planejamento territorial popular a demanda mais urgente apresentada desde a comunidade foi a implementação de áreas de moradia de 1 hectare, que se configurariam como quintais produtivos das famílias. Nesse momento a proposta da comunidade já deslocava, pela sua comprovada consolidação e viabilidade de permanência na área, a perspectivia insitucional do Estado, e também os conhecimentos convencionais de planejamento sobre a construção de uma proposta de planejamento territorial. Pois se atenderia a uma demanda que de início, para um planejamento convencional, não seria a primeira questão. Qual seria a capacidade produtiva da área? Qual seria a absorção da produção da comunidade pelos circuitos de distribuição e comercialização? Como se daria a convivência com os arredores?

Com uma postura aberta o processo inciou de maneira incerta, porém, se deu também sobre uma dinâmica de co-elaboração entre a comunidade e a equipe mediadora, buscando então, atender a distribuição de áreas de moradia.

Ao longo de 6 encontros mensais, cruzando metodolodias particiativas como cartografia social, rodas de conversa, e técnicas de avaliação da área como geoprocessamento, análise de declividade, de uso de solo, se chegou a uma proposta de desenho das áreas. Após essa etapa realizou-se mais 5 oficinas para o planejamento das áreas comunitárias. A cada oficina realizada se levaram propostas e sistematizações construídas desde o ambiente universitário, para incidar o diálogo com a comunidade. As etapas comunitárias compreenderam duas áreas, uma com foco nas ações voltadas à produção, onde se tem agroindútria, cooperativa, galpão de máquinas, cozinha comunitária e depósitos. E outra com foco na saúde, lazer, educação e religiosidade. Também compreendeu esssa parte o uso de áreas de florestas e açudes, com menor atenção que as anteriores.

O cruzamento nas idas e vindas entre a comunidade e a universidade se percebeu na medida que os retornos se davam com muito mais pergundas e novas percepções do que respostas, se carecterizando numa dinâmica de movimento de espiral expansiva, onde as respostas e propostas desde as sistematizações levadas para a comunidade em cada oficina eram transformadas em outras questões sem necessariamente haver confirmações sobre aquelas. “Em um de seus mitos, Exu é apresentado como sendo o pião de Okotó (Senhor da evolução). Exu Okotó é representado pelo caracol, é ele o próprio inacabamento, por isso é também o que propicia a continuidade e o desenvolvimento.” (RUFINO, 2017, p.24).

Essas transformações refletem-se nas diversas formas, linguagens e funções que os mapas e cartografias produzidos ao longo do processo tiveram.

  
Figura 1 – representações cartográficas ao longo do processo: a) representação construída desde a comunidade em uma oficina baseada na metodologia de cartografia social; b) representação cartográfica sistematizada a partira da anterior desde a universidade, levada para comunidade que interveio na mesma; c) Sistematização da intervençaão anterior, serviu de base para propostas f e g; d) autorepresentação realizada pelas famílias a partir dos sonhos para áreas de moradia; e) representação da oficina chamada “bingo do maria rosa”, onde, sobre uma base de imagem de satélite a comunidade interveio com proposas de distribuição das áreas de moradia e estradas com material EVA e barbante; f e g) propostas sistematizadas desde a universidade para a distribuição das áreas de moradia; h) proposta final, a qual é chamada nesse texto de desenho territorial. Fonte: Organizado pelo autor a partir do acervo do Coletivo PLANTEAR (2023).

A função colonial[[4]](#footnote-4) de um mapa está na delimitação, controle e legitimação de um território, também, para a leitura de uma espacialidade temática, de outra forma, há uma série de práticas participativas que subvertem o mapa convencional e, da mesma maneira, uma ampla discussão sobre os riscos na aplicação dessas metodologia que, mesmo sob a alcunha de participativas, favorecem a apropriação de saberes e o controle territorial[[5]](#footnote-5). Assim o que pode evitar esse controle é a postura mediadora que dá abertura para a incerteza permitindo seu deslocamento. Destaca-se a passagem da representação cartográfica da figura 1, no destaque “a” até o destaque “d”. O formato de uma oficina cartografia social diante de uma postura aberta busca de qualquer maneira facilitar a intervenção e a autorepresentação da comunidade em seu território. Partindo de uma base (papel kraft) em branco e perguntas provocadoras se estimula e motiva a comunidade a interveir no papel, destacando para os participantes que não há maneira correta de se representar. Assim se constrói uma cartografia que desloca os saberes técnicos de representação cartográfica.

No segundo momento houve a tentativa desde uma perspectiva mais técnica de representar e sistematizar as autocartografias produzidas. Com a intenção de validar o entendimento do coletivo sobre a etapa anterior, construiu-se uma representação com linguagem visual iconográfico, marcado com perguntas e destaques. Na oficina realizada para sua validação ocorreu um deslocamento da proposta, a leitura do mapa pela comunidade não se deu no sentido de responder as perguntas e validar os destaques, a representação foi obervada e acabou servindo como plataforma de intervenção para a comunidade indicar, com a colagem de adesivos, áreas prioritárias para a moradia, o que resultou na representação “c”. Para além disso as pessoas se aproximavam com a intenção de identificaram a localização da sua moradia na imagem de satélite. A representação “d” teve função importante no delocamento da representação “b”, durante a oficina havia se planejado que cada família apresentasse seu desenho para a comunidade presente e, como um momento aberto e totalmente dedicado para a autorepresentação e fala da comunidade acabou ganhando muita força durante a oficina, deslocando e transformando outros momentos planejados, resultando na construção de um mural de sonhos, com a exposição desses desenhos. A figura 2 apresenta os momentos de intervenção, possibilitados por uma postura mediadora aberta.

  
Figura 2 – registros fe momentos de intervenção e deslocamento nas oficinas: a) momento de cartografia social; b) momento de apresentação das autorepresentações dos sonhos; c) momento de intervenção no mapa iconográfico. Fonte: Organizado pelo autor a partir do acervo do coletivo PLANTEAR (2023).

Os delocamentos percebidos ressignificaram as representações cartográficas e os planejamentos para seu uso durante as oficinas, ou seja, da mesma maneira que não ofereceram uma confirmação ou uma respostas imediata as questões prévias, ofereceram uma maior complexidade no entendimento do processo como um todo, caracterizando um moviemtno que não é linear e fechado, mas espiralado e aberto.

**CONSIDERAÇÕES FINAIS**

O que está sendo considerado como deslocamento da colonialidade se fundamenta no conceito de transgressão de Rufino (2017) que, na proposta de uma pedagodia das encruzilhadas como projeto anti-colonial define: “Transgressão = invenção de novos seres para além do cárcere racial, do desvio e das injustiças cognitivas.” (RUFINO, 2017, p.32). Assim o deslocamento é entendido com a criação de novos saberes para além da certeza colonial. Segundo o autor o cruzo não tem como objetivo a superação, ou a subversão, mas a transgressão, ou seja a invenção de novas possibilidades, seres e saberes, para evitar o controle colonial. Assim, considera-se que, enquanto mediação, um grupo que vem desde o ambiente acadêmico para o ambiente subalterno, carrega em si, nos saberes e técnicas, a colonialidade, ou seja, certezas de uma construção baseada e verdades universais ocidentalizadas. Então o que a postura aberta de mediação possibilita é o cruzo desses saberes para a criação novas possibilidades.

A perspectiva que Rufino traz ajuda entender os deslocamentos e como do cruzo traz uma perspectiva para o (des)encontro entre a colonialidade a subalternidade. Durante o processo de planejamento territorial popular trazido nesse texto os deslocamentos aconteceram em muitas outras dimensões e questões para além do exemplo trazido pela cartografia, e para além, o olhar para o processo em si, criou-se uma possibilidade que tomou forma ao fim das oficinas, o que se chamou aqui de desenho territorial.

Como uma representação da proposta/retrato de organização territorial da comunidade para um assentamento, o desenho foi apresentado diante da presença institucional do INCRA, e outras insituições do governo estadual e municipal. Em um retorno positivo sobre todo o processo o desenho territorial significou uma proposta alternativa à perspectiva da instituição sobre a implementação de assentamentos sob uma nova perspectiva da reforma agrária. Assim entende-se que o desenho territorial que, por um lado não tem a complexidadte e extensão técnica de um PDA convencional e, por outro, não apaga os saberes, desejos e propostas da caomunidade em seu território e sua autonomia sobre o mesmo, surgiu como ma possibilidade de mediação entre a colonialidade técnica institucional e os sabres em situação de subalternidade. E isso se deu em diversas escalas, desde a colonialidade presente no conhecimento acadêmico, até a colonialidade da insituição pública estatal. E esse cruzamento foi possível desde a postura metodoloógica caracterizada em parte nesse texto, o que Rufino chama de ebó espistemológico.

O ebó, nesse caso, vem a se configurar como o conhecimento praticado que, ao cruzar outros modos, os afetam, atribuindo a eles mobilidade, dinamismo e transformação. O ebó epistemológico vem a produzir efeitos de encantamento nas esferas de saber, as positivando na perspectiva da abertura de caminhos. (RUFINO, 2017, P.70).

**REFERÊNCIAS**

ACSELRAD, H. Cartografias sociais e território / Henri Acselrad (organizador).-- Rio de Janeiro: Universidade Federal do Rio de Janeiro, Instituto de Pesquisa e Planejamento Urbano e Regional, 2008.

FALCADE-PEREIRA, I. B.; MONTENEGRO, J; ANDREOLI, M. C; ALCANTARA, R. K. Conflitos na Reforma Agrária e mundos possíveis no planejamento de um assentamento agroecológico no município de Castro-PR. In: SANSOLO, D; ADDOR, F; EID, F. (Organizadores). Tecnologia Social e Reforma Agrária Popular. UNESP, 2020, Volume I.

GROSFOGUEL, Ramón. A estrutura do conhecimento nas universidades ocidentalizadas: racismo/sexismo epistêmico e os quatro genocídios/epistemicídios do longo século XVI. Revista Sociedade e Estado – Volume 31. Número 1. Janeiro/Abril 2016.

MALHEIRO, B. Ouvir o território e pensar por outras (geo)grafias: territorialidades em r-existência à mineração na Amazônia. Ateliê Geográfico, Goiânia, v. 15, n. 3, p. 188–205, 2021. DOI: 10.5216/ag.v15i3.70201. Disponível em: https://revistas.ufg.br/atelie/article/view/70201. Acesso em: 19 jun. 2023.

MODONESSI, M. Subalternidad. Conceptos y Fenomenos Fundamentales de nuestro tiempo. UNAM, 2012, p.1-12.

PEARCE, Jenny, et al. “‘Avanzamos Porque Estamos Perdidos’.: Reflexiones Críticas Sobre La Co-Producción de Conocimiento.” Prácticas Otras de Conocimiento(s): Entre Crisis, Entre Guerras. Tomo II, CLACSO, 2018, pp. 356–80. JSTOR, https://doi.org/10.2307/j.ctvn96g1f.18. Accessado em 19 Junho 2023.

ROCHA, G. O. Narrativas cartográficas contemporâneas nos enredos da colonialidade do poder. UFPR, Curitiba, PR, 2015, 209 f.

1. Programa de Pós-Graduação em Geografia na Universidade Federal do paraná, guguisbrow@gmail.com. [↑](#footnote-ref-1)
2. Formado por grupos de extensão e pesquisa de áreas disciplinares diferentes. Na Geografia, o Coletivo de Estudos sobre Conflitos pelo Território e pela Terra (ENCONTTRA), nas políticas públicas e planejamento urbano, o Centro de Estudos em Planejamento e Políticas Urbanas (CEPPUR), na arquitetura e urbanismo, o Escritório Modelo de Arquitetura e Urbanismo (EMAU) e no Direito, o Movimento de Assessoria Jurídica Universitária Popular (MAJUP) Isabel da Silva. [↑](#footnote-ref-2)
3. “El concepto de subalterno permite centrar la atención en los aspectos subjetivos de la subordinación en un contexto de hegemonía: la experiencia subalterna, es decir, en la incorporación y aceptación relativa de la relación de mando-obediencia y, al mismo tiempo, su contraparte de resistencia y de negociación permanente.” (MODONESSI, 2012, p.6). [↑](#footnote-ref-3)
4. Para mais sobre a colonialidade da cartografia e do mapa ver Rocha (2015). [↑](#footnote-ref-4)
5. Consultar a discussão sobre cartografias participativas em Acselrad (2008). [↑](#footnote-ref-5)